

**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Alimentação, cidade e território: alternativas e resistências no espaço periurbano de Belém (PA) - o caso do Grupo para Consumo Agroecológico (GRUCA)¹

Letícia Ribeiro Vicente
Universidade Federal do Pará

Noel Bastos Gonzaga
Universidade Federal do Pará

Elis Tayná Almeida Brazil
Universidade Federal do Pará

Társis Ney Castelo Branco Barros Magalhães
Universidade Federal do Pará

Sessão Temática 8: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. O presente trabalho analisa a relação entre alimentação, território e cidade. Para tal utiliza-se como objeto de estudo o espaço periurbano de Belém (PA), metrópole amazônica que possui além dos espaços e práticas urbanas comuns a outras metrópoles, arranjos socioespaciais com manifestações tradicionais e campesinas. Toma-se como estudo de caso a atuação e vivência do Grupo para Consumo Agroecológico - GRUCA, grupo de consumo responsável que busca aproximar os produtores e consumidores, criando reflexões e práticas sobre uma cadeia de produção que favorece ambos. O trabalho estrutura-se primeiro em uma revisão de literatura sobre a relação entre cidades e alimentação. Em seguida, expõe-se um panorama sobre a constituição do espaço periurbano de Belém. Por último o GRUCA é apresentado pautando-se na experiência e relação dos próprios autores (coordenador do Grupo e consumidores) e também em três pesquisas de campo nas quais houve observação direta, levantamentos espaciais e fotográficos e entrevistas com produtores vinculados ao Grupo. As considerações finais apontam que o atual cenário de crise socioambiental revela a urgência de repensar e reformular tanto as cidades quanto os próprios sistemas alimentares, para que estes contemplem justiça territorial e socioambiental.

Palavras-chave. alimentação; cidade; espaço periurbano; Belém (PA); GRUCA.

Food, city and territory: alternatives and resistance in the peri-urban space of Belém (PA) - the case of the Grupo para Consumo Agroecológico (GRUCA)

Abstract. *The present work analyzes the relationship between food, territory and city. To this end, the peri-urban space of Belém (PA) is used as an object of study, an Amazonian metropolis that*

¹ O trabalho vincula-se ao projeto de pesquisa "Alternativas de desenvolvimento decolonial: uma contra-cartografia dos territórios urbanos de povos tradicionais no Pará e Minas Gerais, Brasil", financiado pelo Global Challenges Research Fund e desenvolvido entre os anos de 2020 e 2021 por meio da parceria entre a Universidade de Sheffield e as Universidades Federais do Pará e de Minas Gerais.

has, in addition to spaces and urban practices common to other metropolises, socio-spatial arrangements with traditional and peasant manifestations. It takes as a case study the performance and experience of the Grupo para Consumo Agroecológico - GRUCA, a responsible consumption group that seeks to bring together producers and consumers, creating reflections and practices on a production chain that favors both. The work is structured first in a literature review on the relationship between cities and food. Then, an overview of the constitution of the peri-urban space of Belém is presented. Finally, GRUCA is presented based on the experience and relationship of the authors themselves (Group coordinator and consumers) and also on three field surveys in which there was direct observation, spatial and photographic surveys and interviews with producers linked to the Group. The final considerations point out that the current scenario of socio-environmental crisis reveals the urgency of rethinking and reformulating both the cities and the food systems themselves, so that they contemplate territorial and socio-environmental justice.

Keywords: food; city; periurban space; Belém (PA); GRUCA.

Alimentación, ciudad y territorio: alternativas y resistencias en el espacio periurbano de Belém (PA) - el caso del Grupo para Consumo Agroecológico (GRUCA)

Resumen. *El presente trabajo analiza la relación entre comida, territorio y ciudad. Para ello, se utiliza como objeto de estudio el espacio periurbano de Belém (PA), metrópolis amazónica que posee, además de espacios y prácticas urbanas comunes a otras metrópolis, arreglos socioespaciales con manifestaciones tradicionales y campesinas. Se toma como caso de estudio el desempeño y experiencia del Grupo para Consumo Agroecológico - GRUCA, un grupo de consumo responsable que busca acercar a productores y consumidores, generando reflexiones y prácticas sobre una cadena productiva que favorezca a ambos. El trabajo se estructura primero en una revisión bibliográfica sobre la relación entre las ciudades y la alimentación. Luego, se presenta un panorama de la constitución del espacio periurbano de Belém. Finalmente, se presenta GRUCA a partir de la experiencia y relación de los propios autores (coordinador del Grupo y consumidores) y también de tres levantamientos de campo en los que hubo observación directa, levantamientos espaciales, fotográficos y entrevistas a productores vinculados al Grupo. Las consideraciones finales apuntan que el actual escenario de crisis socioambiental revela la urgencia de repensar y reformular tanto las ciudades como los propios sistemas alimentarios, para que contemplen la justicia territorial y socioambiental.*

Palabras clave: alimentación; ciudad; espacio periurbano; Belém (PA); GRUCA.

1. Introdução

A maior parte da população mundial vive em cidades e consome mais de 70% dos recursos naturais, com previsão deste número de habitantes urbanos dobrar até 2050 (STEEL, 2013). Na contramão, nota-se, de forma crescente, um distanciamento da cidade com os recursos naturais ainda que estes sejam necessários para o seu abastecimento, o que tem gerado inúmeras mudanças no sistema alimentar que atente cada vez mais a uma lógica industrial. Segundo Figueiredo (2020) essa lógica repercute diretamente no desenho da paisagem, que passa a ser moldada para atender às demandas alimentares dos grandes centros urbanos diante de uma produção massiva que degrada o meio ambiente e prejudica a qualidade alimentar da população, tanto do campo quanto da cidade.

A relação entre alimentação e cidade ganha ênfase tanto em questões logísticas de abastecimento e distribuição quanto também de produção. Torna-se mais evidente em agendas climáticas e ambientais a discussão do papel das cidades para além de locais de consumo. O reconhecimento e a valorização da agricultura urbana, fomentada por comunidades, instituições governamentais e não governamentais, traz como pautas o combate à fome, a valorização dos espaços comunitários e coletivos e práticas socioambientais mais justas.

Tradicionalmente as cidades são apresentadas como local de diferenciação em relação ao campo, partindo-se inicialmente de uma divisão social do trabalho, com a cidade atrelada ao trabalho intelectual e o campo ao material (LEFEBVRE, 2001). Entretanto, para o entendimento de contextos em que há uma conversão incompleta para o modo de produção e de vida industrial, tornam-se necessárias lentes que enxerguem trajetórias históricas distintas das narrativas dominantes no Urbanismo sobre o surgimento e o papel das cidades.

A inserção de novas lentes permite o reconhecimento de mosaicos e tramas socioespaciais quando se levam em consideração os espaços “entre”. Para além dos extremos entendidos como cidade, campo, urbano e rural, encontram-se os espaços periurbanos, que se caracterizam como locais de transição, mediação e ao mesmo tempo de conflito entre lógicas distintas de apropriação do espaço. Podem ser entendidos como a borda da cidade que apresenta características sobrepostas entre a cidade e o campo. De forma social e simbólica misturam práticas e signos do urbano e do rural. Os espaços periurbanos não são faixas homogêneas, mas sim gradientes (cidade-campo; urbano-rural), e ao mesmo tempo, espaços de coexistências múltiplas (sociais, espaciais, econômicas, culturais).

Estes espaços ganham destaque nas discussões acadêmicas, na elaboração de políticas públicas e em agendas institucionais em todo o mundo devido alguns fatores como: o avanço da urbanização, que passa a estender-se em áreas cada vez mais distantes; as mudanças nos marcos tecnológicos; as mudanças na economia global, concentrada em grandes centros urbanos, e, ao, mesmo tempo dispersa quando se trata da área produtiva; a discussão sobre provisão de alimentos e segurança alimentar; o debate sobre cidades sustentáveis; a necessidade de gestão de áreas ambientalmente estratégicas. No padrão de urbanização contemporâneo não é mais possível pensar em divisões arbitrárias, linhas que dividem até onde vai a cidade e onde começa o campo. Tornou-se imprescindível discutir os espaços de transição entre as duas formas espaciais e suas manifestações (SIMON; MCGREGOR; THOMPSON, 2006).

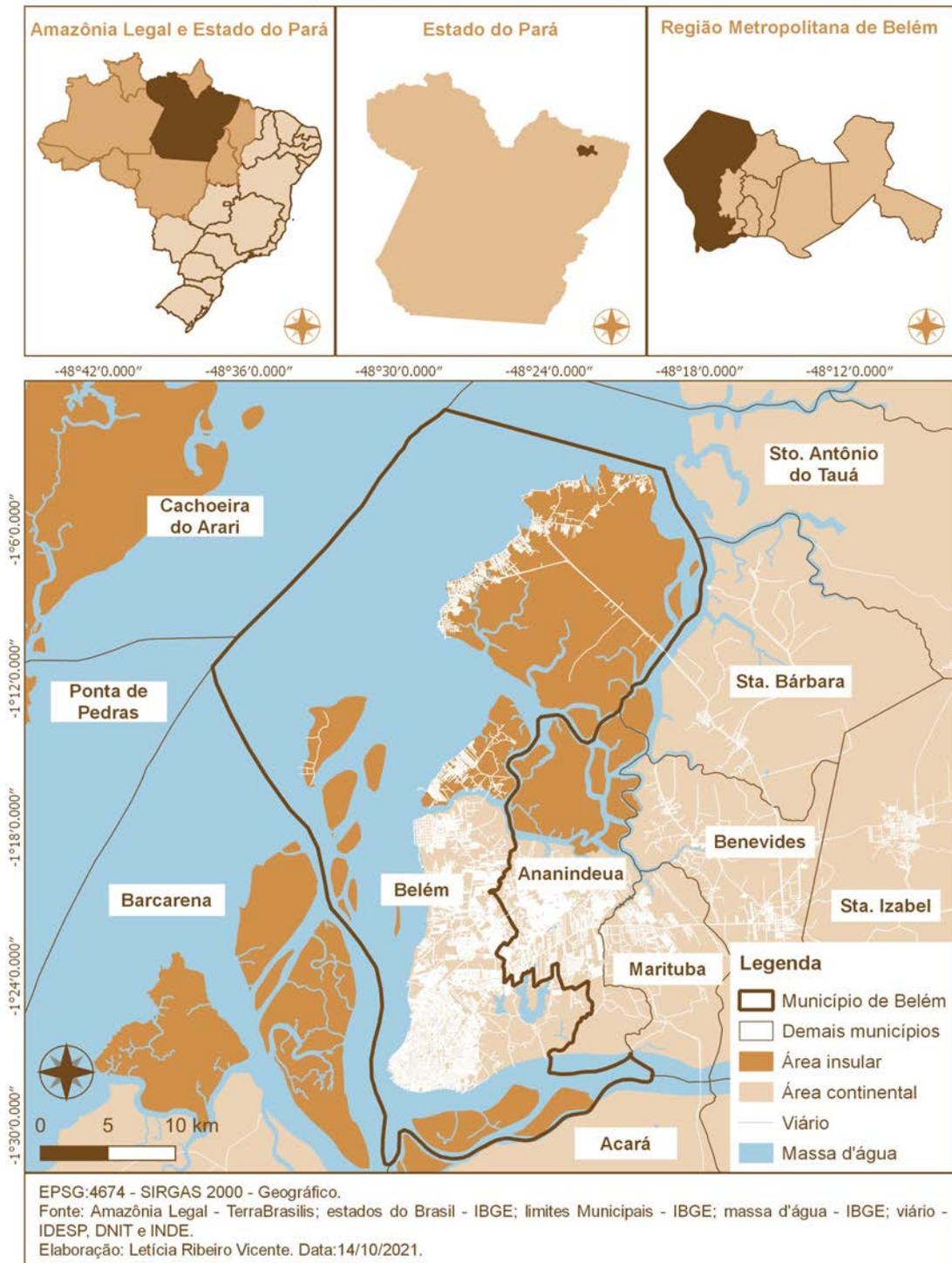
Em parcelas da África, Ásia e América Latina os espaços periurbanos são historicamente utilizados por grupos entendidos como tradicionais e/ou populações pobres. Tornaram-se locais que possibilitam a sobrevivência pela disponibilidade de terras para práticas produtivas de subsistência (agricultura, extrativismo), ao mesmo tempo em que garantem vantagem locacional pela possibilidade de acesso a um centro urbano próximo (PEREIRA, 2013). Nas grandes cidades do Sul Global observa-se também a valorização dos espaços no entorno das cidades para expansão urbana. Por um lado, tem-se a característica da precariedade, do espaço da favela e/ou soluções informais de moradia, associadas à incompletude de serviços e infraestrutura (SIMON; MCGREGOR; THOMPSON, 2006). Por outro lado, torna-se comum no entorno das grandes cidades a criação de enclaves, ou espaços de exclusividade, que não dialogam com o entorno, como clubes, espaços de lazer e condomínios fechados (PEREIRA, 2013). Por fim, destaca-se

também a construção de grandes empreendimentos ligados às empresas, indústrias e sistemas logísticos (PEREIRA, 2013; SIMON; MCGREGOR; THOMPSON, 2006).

Por serem espaços de disputas e também de possibilidades, os espaços periurbanos tornam-se locais chave nas discussões sobre alternativas de resistência e possibilidades de sobrevivência em contextos periféricos. Na região Amazônica, onde secularmente o rural e o urbano, seus modos de viver e produzir possuem entrelaçamentos profundos, os debates sobre o futuro das cidades e também a preservação da natureza têm como temas indissociáveis a alimentação e a relação entre as pessoas e os territórios em que habitam.

Busca-se, portanto, neste trabalho, realizar uma análise da relação entre alimentação, território e cidade. Para tal utiliza-se como objeto de estudo o espaço periurbano de Belém (PA) (ver Mapa 1), metrópole amazônica que possui além dos espaços e práticas urbanas comuns a outras metrópoles, arranjos socioespaciais com manifestações tradicionais e campestres. De forma específica toma-se como estudo de caso a atuação e vivência do Grupo para Consumo Agroecológico - GRUCA. O GRUCA é um grupo de consumo responsável que busca aproximar os produtores e consumidores, criando reflexões e práticas sobre uma cadeia de produção que favorece ambos.

Localização de Belém (PA)



Mapa 1. Localização do município de Belém (PA) (fonte: elaboração indicada no mapa).

O trabalho estrutura-se primeiro em uma revisão de literatura sobre a relação entre cidade, alimentação e território. Em seguida, expõe-se um panorama sobre a constituição do espaço periurbano de Belém. Por último o GRUCA é apresentado pautando-se na experiência e relação dos próprios autores (coordenados do Grupo e consumidores) e também de três pesquisas de campo vinculadas ao projeto de pesquisa “Alternativas de desenvolvimento decolonial: uma contracartografia dos territórios urbanos de povos tradicionais no Pará e Minas Gerais, Brasil” (Contracartografias)ⁱ, através do qual foi possível realizar observação direta, levantamentos espaciais e fotográficos e entrevistas com produtores vinculados ao Grupo. Por fim apresentam-se as considerações finais.

2. Alimentação, território e cidade

A comida, em qualquer lugar que seja, é imprescindível para produção e reprodução da humanidade. No entanto, a relação entre a alimentação e a cidade tem se distanciado cada vez mais ao longo do tempo. O que antes era produzido nos centros urbanos e seu entorno, hoje percorre grandes distâncias e passa por meios de distribuição (como aeroportos, rodovias e supermercados) até a sua chegada ao consumidor final. Steel (2013) relata em seu livro *Hangry cities: How Food Shapes Our Lives* como o processo de industrialização gerou tal distanciamento e fez com que as dinâmicas alimentares, não somente das cidades, mas também do campo, se tornassem cada vez mais moldadas a um modelo de produção capitalista que opera de forma incompatível com o discurso da sustentabilidade e resiliência socioambiental.

Trata-se de uma industrialização das formas de se alimentar nas cidades, reflexo da separação entre território como espaço de produção e território como espaço de pertencimento. Observam-se também novas estratégias de conservação dos alimentos, bem como a ampliação das barreiras geográficas da produção agrícola, hoje cada vez mais distantes das cidades, o que leva a perda e/ou distanciamento do reconhecimento da importância da alimentação no cotidiano (STEEL, 2013) e à relativização da relação entre a comida, cidade e natureza. Contudo, ao analisar o histórico da relação entre a alimentação e a cidade é possível notar como a agricultura e o manejo da natureza foram de suma importância para o surgimento das primeiras cidades, e como a permanência em um território é intimamente interligada com o espaço em que se produz o seu alimento (STEEL, 2013).

Na literatura a cidade é apresentada como um local de diferenciação, privilégio e convergência. Sua formação está ligada a especialização de atividades que diferem o agrícola do comercial, ou seja, de uma separação funcional que demarca uma aparente dicotomia (BENEVOLO, 2012). Na visão convencional o excedente agrícola permitiu um aumento populacional que diferenciou a aldeia agrícola em cidade (MUMFORD, 2004; BENEVOLO, 2012). Somente após o domínio das técnicas agrícolas e criação de animais que sociedades maiores tiveram condições de se estabelecerem em territórios e de gerar relações mais complexas entre si. Na tese de Jacobs (1970) as economias que hoje assumimos como rurais (incluindo a agricultura) têm origem na cidade. Essa teria surgido a partir de aldeias de caçadores que se diferenciaram pela troca de mercadorias e seu posterior beneficiamento (JACOBS, 1970). Ambas visões demonstram como a produção de alimentos é um fator que moldou e ainda molda as cidades.

Têm-se comprovações da organização de território com sociedade urbana por volta de 3.500 anos a.C. A cidade de Uruk (no atual país do Iraque) contava não apenas com representações arquitetônicas, mas com condições que ditam um estágio de urbanização, dentre elas o zoneamento territorial, gestão cívica e a empregabilidade da sua população em serviços especializados. Devido à condição semidesértica da sua localização, a fertilidade das colheitas era obtida de forma sazonal na medida em que os rios Tigre e Eufrates inundavam, o que prejudicava a segurança alimentar e conseqüentemente a permanência da população. Este fator alimentar influenciou a gestão territorial na construção das primeiras obras públicas municipais, por meio da construção de diques que armazenavam a água do rio e distribuí-la no período de seca (STEEL, 2013).

Na antiguidade, a atividade agrícola era de extrema importância dentro do cotidiano citadino, seja por meio de festivais e festividades, na presença de calendários agrícolas, e no culto a entidades responsáveis pela terra. Dentro do contexto greco-romano, a relação campo-cidade era ainda mais fundamental tendo em vista a rápida expansão de seus impérios e a necessidade de abastecimentos dos novos territórios conquistados. Portanto, questões como a geomorfologia do local e fenômenos naturais eram relevantes na escolha dos territórios a serem tomados (STEEL, 2013).

O período sucessor na história europeia, o medieval, consistia em um sistema econômico, territorial e social baseado nas produções camponesas que compuseram o sistema do feudalismo. Nele as terras do entorno das cidades e aldeias eram cultivadas pelos servos dos donos das terras. A produção supria as necessidades da população rural, mas ainda era ineficiente diante da população citadina. Ainda na Idade Média, entre os séculos XI e XII surgem, juntamente com a

formação do homem burguês e a decadência do modo de produção feudal, as organizações espaciais denominadas de “Comunas” (ZANATTA, 2001). Estas consistiram em um novo tipo de apropriação das terras agrícolas nos entornos das cidades, em que os próprios camponeses obtinham o título das suas terras. Apareceram como forma de incentivo à produção com excedente, possibilitando a sua comercialização e o processo de intensificação da vida urbana. O desenvolvimento urbano se alimentou, portanto, desse excedente alimentar que passa a ser comercializado, alterando a visão social que se tinha entre o campo-cidade que, segundo Lefebvre (1999), passam a serem incorporados como integrantes de um mesmo território (LEFEBVRE, 1999).

A expansão das mercadorias e a busca por outros produtos destinados à comercialização também foi ponto de partida exploração de novos caminhos terrestres, além do processo de expansão por meio dos rios e mares (LE GOFF, 1991), período que caracteriza a transição do feudalismo para o capitalismo. Esse período de transição traz como prerrogativa a atribuição da propriedade como um bem privado, o que passa a transformar a paisagem rural feudal europeia, constituída por grandes campos abertos, para pequenas propriedades rurais privadas.

Teóricos como John Locke, abordaram a temática da propriedade privada como um direito fundamental do homem, fruto do trabalho exercido pelo mesmo, o que formaria a base para o contrato social (PORTILHO, 2016). Contudo, a ascensão do pensamento liberal, sobretudo diante das invasões aos territórios americanos, gerou o processo de colonização e domínios desses territórios dos povos tradicionais, condicionando não apenas a terra e seus recursos, mas também a mão de obra, como mercadoria do homem burguês.

Entretanto, ainda que a exploração dos recursos das colônias estivesse fomentando a transição para cidades cada vez mais urbanizadas, até o início do século XIX, a relação entre a sociedade, natureza e a alimentação era intrínseca. O urbano e o rural se encontravam (e se encontram) por meio de feiras, criação de animais, quintais produtivos, entre outros. A formação dos territórios coloniais neste período, considerado pré-industrial, foi constituída com mercados e portos estabelecidos a partir dos locais em que se chegavam os produtos alimentícios, alinhados às rotas alimentares.

Nas colônias americanas, o entrelaçamento entre expressões de urbano e rural é milenar. Tratando-se da realidade amazônica, pesquisas arqueológicas mais recentes (lê-se dos últimos vinte anos) apresentam resultados que desmistificam que no período pré-cabralino a região era vazia e pouco “desenvolvida” em tecnologias sociais (que incluem expertise de construção arquitetônica, planejamento territorial e técnicas de manejo da natureza). Cada vez mais aponta-se que os povos originários se estruturaram em sociedades de abundância e acúmulo de saberes que incluía domesticação de espécies e adaptação do solo, a exemplo das “terras pretas de índio”, que consistem em áreas em que através da interferência humana foi possível produzir terra fértil agrícola no meio do solo pobre amazônico (LOPES, 2017). Essas sociedades de povos originários amazônicos produziram ainda cidades indígenas ligadas através dos principais rios. Nessas cidades os registros apontam a possibilidade de visualizar um modo de urbanização em que a natureza é a base da produção social, de modo que não havia uma separação explícita no que hoje é entendido como rural e urbano. Posteriormente essas cidades indígenas foram dominadas por múltiplos processos de colonização que a região passou e passa. Entretanto, algumas dessas cidades destacam-se, ainda hoje, dentro da estruturação da rede urbana local, a exemplo de Manaus e Belém, conforme estudos de Becker (2013).

Até 1950 as características de ocupação e de vida na região amazônica apresentavam elementos pré-industriais, ou como descritos por Lefebvre (1999) da era rural. A maior parte das terras da Amazônia podia ser considerada como de “livre acesso” (maioria pública) e ocupadas na condição

de posse. A terra era parte e condição de vida de muitos dos habitantes nativos. Estes ocupavam pequenas áreas em geral situadas próximas aos rios, fonte de alimento e meio de circulação, e mantinham relação de dependência com a floresta que era manejada para abertura de roçados e extração e coleta, bem como servia de local para caça (LOUREIRO, 2014).

A condição de trabalho deste habitante nativo “livre” era artesanal, com predomínio do setor primário na economia regional. Utilizava-se para sobrevivência elementos naturais tanto para plantio e extração quanto para construção de habitações, barcos, ferramentas e insumos necessários à vida. Antes de 1950 havia pouca dependência de produtos industrializados em áreas do interior e em muitos casos a inexistência do dinheiro. As relações comerciais davam-se na base da troca e em sistemas de crédito. Havia uma baixa especialização do trabalho e o morador nativo era considerado um pescador-agricultor-extrator, produzindo para sua subsistência e para outros mercados regionais (LOUREIRO, 2014). O nativo podia ser considerado um produtor polivalente (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Antes de 1950 o nativo habitava no geral na beira dos cursos d’água. A água era o elemento que física e simbolicamente definia a região. A percepção do nativo era da natureza como espaço de abundância e as relações de trabalho mantinham-se mais ligadas à subsistência do que ao mercado, ainda que existissem relações de comércio e troca. Como síntese, o nativo existia imerso ao saber social coletivo e na possibilidade de ocupar terras livres e mantinha uma forte relação com o complexo rio-mata-roça-quintal (LOUREIRO, 2014, p. 22).

A partir de 1950 interferências de outra magnitude e escala alteraram as composições sociais, econômicas e espaciais da região. O padrão de organização do espaço amazônico passa a ser guiado pela tríade estrada-terra firme-subsolo (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 79). Constroem-se modelos de viver, morar e explorar, identificados por Porto-Gonçalves (2019, p.33) como uma “industrialização da selva”. As novas perspectivas para a região criaram diversas formas de interação e exploração da natureza.

O saber local, que é diretamente associado com o modo de vida, sofre profundas modificações. A natureza e o trabalho tornam-se cada vez mais mercadorias (LOUREIRO, 2014) e reduz-se o envolvimento afetivo e identificação local dos habitantes com seus locais de origem (CARDOSO; LIMA, 2006). A lógica do capital comercial, antes dominante, é substituída aos poucos pelas lógicas dos capitais industrial e financeiro. O isolamento, a dispersão, a familiaridade, os pequenos monopólios, as relações de dependência e ao mesmo tempo de articulações são impactados por empreendimentos de grande porte com características monopolistas, de sociedades não familiares pautadas em relações de disputa e expropriação (PORTO-GONÇALVES, 2008).

A partir da era industrial, fomentada em meados do século XVIII, e que na Amazônia se faz mais presente a partir da segunda metade do século XX, grandes mudanças nas dinâmicas alimentícias foram incorporadas nos centros urbanos, sobretudo com o advento de novas formas de transporte dos alimentos, com rodovias e ferrovias (STEEL, 2009). Esses novos meios de transporte não alteram apenas a forma com que os produtos chegam como também possibilitam a expansão urbana de forma independente da paisagem rural. Os alimentos passaram a ser obtidos de territórios cada vez mais longínquos.

A facilitação do transporte por meio do automóvel foi o marco do desvencilhamento das cidades das áreas produtivas, levando a comida, antes posta de forma centralizada dentro das relações sociais na cidade, para locais cada vez mais periféricos. Nesse sentido, a alimentação torna-se um processo anônimo, causando o distanciamento da sociedade com a natureza e do contato humanizado com a comida, o que faz com que as cidades sejam dependentes das grandes corporações alimentares (STEEL, 2009).

Tais corporações, isto é, grandes empresas transnacionais de processamento e comercialização de alimentos, integram os Impérios Alimentaresⁱⁱ, que compõem, segundo Ploeg (2008),

“esquemas reguladores de natureza política e econômica que são impostos à sociedade e à natureza”. (PLOEG, 2008, p. 279). Tais Impérios ditam seu regime alimentar, “aparelho de domínio e apropriação descentralizado e desterritorializado que controla progressivamente a produção, circulação e consumo de alimentos à escala mundial, [...] centrado na artificialização dos alimentos” para “gerar fluxos de caixa que correspondam aos níveis extremamente elevados da lucratividade esperada” (PLOEG, 2008, p. 281).

3. A constituição do espaço periurbano de Belém (PA)

Em meio à quebra de vínculo entre alimentação, territórios e cidades, despontam algumas tendências de valorização da produção e do consumo de produtos locais, que, entretanto, não passam alheias às tendências do mercado (gourmetização e exportação), como é o caso do cenário gastronômico de Belém. Desde 2015 a capital do Estado do Pará possui o título de Cidade Criativa da Gastronomia, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A categoria concedida à cidade ressalta o potencial da culinária amazônica e seus ingredientes, que misturam fortes influências indígenas com sobreposições africanas e europeias. Os produtos, seus modos de extração e preparo ressaltam um saber fazer milenar, que utiliza os rios, as espécies de várzea e os cultivos de terras firmes. A projeção que a gastronomia e os produtos regionais amazônicos ganham nacional e internacionalmente é recente, mas a relação entre saber social, território, cidade e alimentação é bem mais antiga e pode ser analisada a partir da estruturação socioespacial dos espaços periurbanos na região.

A partir do pensamento de Cardoso (2021) os espaços periurbanos de cidades amazônicas podem ser entendidos como espaços periurbanos estendidos, em que a cidade (sede municipal) articula e interliga-se com uma área extensa de transição entre a cidade e o campo, e manifestações urbanas e rurais. Nesses espaços periurbanos estendidos, assim como em outros contextos metropolitanos brasileiros, existe como marca a expansão urbana. Entretanto, pela quantidade, expressividade e diversidade de comunidades que dependem do manejo da natureza, nesses espaços periurbanos estendidos amazônicos, torna-se necessário um caminho analítico que não foca apenas nas transformações, mas também dê a devida importância às resistências.

Historicamente o espaço periurbano de Belém se constituiu como espaço periurbano estendido regional, pois Belém possuiu grande centralidade política e econômica, o que a possibilitou articular e interagir de forma direta com diversos locais dentro da Amazônia. Sobrepondo-se ao padrão de dispersão indígena, utilizou-se o espaço periurbano estendido regional como local de exploração natural e de mão de obra. Ao mesmo tempo, no espaço periurbano regional o acesso a terras livres permitiu a sobrevivência de diversos grupos que viviam a partir de práticas agroextrativistas (VICENTE, 2022). Considera-se, entretanto, que a partir da segunda metade do século XX diversos processos nacionais e internacionais, ou de ordens distantes, em termos de Lefebvre (2001), diminuíram a centralidade de Belém e sua capacidade de exercer influência regionalmente.

A cidade de Belém teve sua ocupação inicial indígena, posteriormente sobreposta por colonização portuguesa. Foi utilizada como local de defesa do território com a criação de um forte militar; entre os séculos XVIII e XIX foi a capital de um estado colonial separado do Brasil, com ligação direta com Portugal; comandou uma rede de exportação de recursos naturais regional (drogas do sertão, borracha) a partir da articulação fluvial; e após 1950 foi interligada a outras regiões do país através da expansão rodoviária, que constitui um novo modal de estruturação amazônico (CORRÊA, 1987; BECKER, 2013; SOUZA, 2019).

Hoje o município de Belém, capital do Estado do Pará, é o polo de uma região metropolitana composta por outros seis municípios (Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel, Santa Bárbara do Pará, Castanhal). Enfatiza-se aqui que Belém constituiu-se metrópole muito antes do

reconhecimento oficial na década de 1970. Tal posição não se devia à conurbação direta, mas sim por ter se tornado “um ponto de convergência de fluxos de pessoas, informações e de decisões que repercutem em toda região amazônica” (SOUZA, 2009, p. 6). Regionalmente Belém destaca-se por sua centralidade econômica e política (capital do estado do Pará, segundo município mais populoso da Amazônia brasileira, principal município da sua região metropolitana), hoje mais centrada na Amazônia oriental, haja vista que na Amazônia ocidental, Manaus desempenha função similar. Na escala municipal, Belém destaca-se por sua dupla configuração territorial, com parcela continental, onde habita a maior parte da população, e uma parcela insular, que corresponde a 65,14% do seu território (ver Mapa 2), composto de 39 a 42 ilhas de acordo com a variação do nível da água (BELÉM, 2012). Ressalta-se também que existem outras diversas ilhas de municípios do entorno, incluindo o arquipélago do Marajó.

Município de Belém: áreas continental e insular



Mapa 2. Município de Belém: áreas continental e insular (fonte: elaboração indicada no mapa).

A ocupação insular divide-se em ilhas parcialmente urbanizadas e ilhas com ocupações ribeirinhas de baixa densidade. Destaca-se que o espaço periurbano insular de Belém e também de seu entorno passou e passa por grandes modificações nos últimos 20 anos, com avanço da urbanização, do turismo e da implantação de infraestruturas e empreendimentos, constituindo-se como um espaço estratégico. Por um lado, as ilhas que circundam Belém contribuem para o cumprimento de funções socioambientais (preservação vegetal, regulação do microclima,

garantia de acesso à terra às famílias ligadas às atividades tradicionais, garantia de segurança alimentar da metrópole). Por outro lado, são vistas como áreas abundantes disponíveis a serem inseridas na lógica do mercado urbano, para expansão de atividades habitacional, comercial e turística (VICENTE *et al.*, 2022).

Observa-se no espaço periurbano de Belém a produção alimentar agroextrativista familiar em comunidades e territórios nas ilhas de Belém e de seu entorno e também nos municípios ao seu redor como Ananindeua, Benevides, Santa Izabel e Santa Bárbara. Ressalta-se, entretanto, que há redução do número de envolvidos no agroextrativismo familiar urbano e periurbano devido à pressão por urbanização das terras onde essas famílias habitam e a concorrência com a produção rural em larga escala que utiliza agrotóxicos e diminui o preço final, criando uma concorrência desigual com os pequenos produtores (CARDOSO; MIRANDA, 2018).

Três ilhas, Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba (ver Mapa 2) destacam-se por conterem um território híbrido, parte rural e parte urbano, reconhecido pelo Plano Diretor Municipal de Belém (BELÉM, 2008), o que diferencia atividades permitidas e a forma de ocupação do território. As três ilhas possuem infraestrutura básica como escolas (do nível infantil ao médio), postos de saúde, energia elétrica e rede de abastecimento de água, ainda que incompleta. Destaca-se nestas ilhas a disponibilidade de terrenos grandes e baratos, o que cria uma superposição de usos, atraindo migrantes da parte continental e de outros municípios do interior. Existe um movimento de migração para as áreas insulares urbanas em busca de trabalhos formais e informais, ligados ao turismo, comércio e serviços no geral, produzindo muitas vezes bairros populares que se assemelham à periferia da parte continental de Belém.

A produção habitacional também é destaque nos setores público e privado. Pela disponibilidade de terrenos grandes não mais presentes na parte continental, as ilhas constituem um eixo de expansão urbana com a construção de conjuntos habitacionais, a exemplo do Minha Casa Minha Vida. O número de unidades habitacionais previstas é de 1008 no Residencial Viver Outeiro (ver Figura 1), na ilha de Caratateua. Na ilha de Mosqueiro 1.000 unidades habitacionais são previstas no Residencial Viver Mosqueiro (MESQUITA, 2018). Em ambas as ilhas já existem também condomínios fechados.

Residencial Viver Outeiro na ilha de Caratateua, Belém (PA)

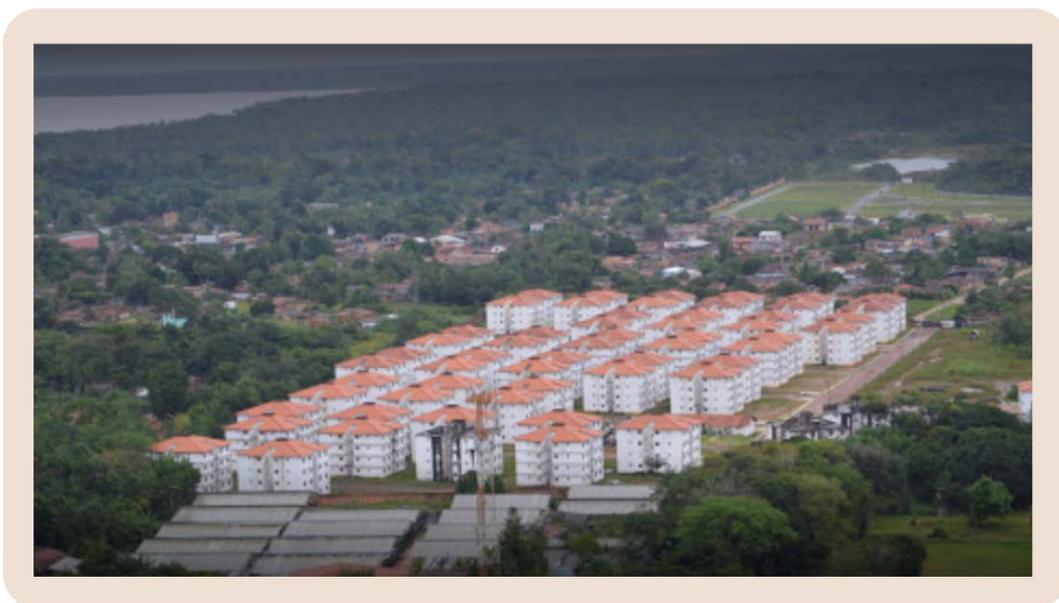


Figura 1. Vista aérea do Residencial Viver Outeiro, ilha de Caratateua, Belém (PA) (fonte: foto de Juan Azevedo, 2018).

O turismo também é outra frente de expansão nas ilhas. Em Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba é estimulado pelas orlas de rio com faixa de areia. Em Mosqueiro o turismo mais antigo ainda guarda seus rastros nos chalés históricos e no centro da ilha, chamado localmente de Vila. Na orla das praias existem barracas e restaurantes. A ilha é muito conhecida pelas segundas residências utilizadas para veraneio, e conta com hotéis e pousadas.

Mosqueiro é a maior e mais populosa ilha de Belém. Abriga uma diversidade de usos e modos de viver. Há expansão urbana periférica, construções ligadas ao turismo, comunidades ribeirinhas, uma comunidade remanescente de quilombo e também comunidades camponesas, com destaque para seus três Territórios de Reforma Agrária (TRA) reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) após a luta de movimentos sociais.

A ilha de Mosqueiro era, até a década de 1970, conectada por via fluvial e acessada também a partir de uma pista de pouso. Consolidou-se como um local muito procurado para o turismo e o veraneio, devido à configuração de suas praias de rio. Na década de 1960 a ilha já possuía diversas estruturas como praça, igreja, mercado, subprefeitura, restaurantes, áreas comerciais, hotéis e até um cinema. Destacavam-se nesta década, também, as segundas residências construídas pela elite econômica belenense. Em contraste com estas encontravam-se as casas dos moradores locais construídas em madeira, e, na área de várzea, organizadas em colônias de pescadores. Observavam-se, ainda, na segunda metade do século XX outros usos e atividades como a horticultura, a extração de areia, locais de beneficiamento de madeira e uma fábrica ligada à exploração de borracha (PENTEADO, 1968).

Na segunda metade do século XX e no início do século XXI observam-se rápidas transformações na parte insular de Belém. Na década de 1970 e 1980 destacam-se a construção de duas pontes. A primeira passou a conectar a ilha de Mosqueiro à parte continental da região metropolitana e através de estrada distando aproximadamente 70 km da cidade de Belém (TAVARES *et al.*, 2008)

A segunda ligou a ilha de Caratateua (segunda maior e mais populosa ilha de Belém) ao Distrito de Icoaraci, na parte continental de Belém (BARBOSA *et al.*, 2012). A grande diversidade de usos e formas de apropriação observada nas citadas ilhas de Belém, com destaque para a ilha de Mosqueiro, ilustra contradições e disputas de interesses que ocorrem em diversos espaços periurbanos, que apesar das variações de local para local possuem padrões em comum. Para a classe trabalhadora com baixo poder aquisitivo, os espaços periurbanos são vistos como locais disponíveis para construção de moradia, e, ao mesmo tempo, de sobrevivência através de práticas como o agroextrativismo familiar. Para os industriais estes espaços são vistos como locais de extração de matéria prima e de terras disponíveis para instalação de sua base logística. Para a classe média os espaços periurbanos são vistos a partir da perspectiva das amenidades rurais, como locais alternativos de moradia, de descanso e lazer. Para as administrações públicas, estes espaços servem para alocação de usos não desejáveis (ex.: aterros sanitários, usos poluentes, cemitérios), de usos estratégicos (ex.: mananciais de abastecimento) ou logísticos (ex.: instalação de portos, aeroportos, rodovias). Para os preservacionistas (vertente do movimento ambientalista) os espaços periurbanos são entendidos como locais apenas a serem protegidos (ex.: florestas, rios, áreas de mangue e várzea), muitas vezes ignorando as populações que lá habitam (DOUGLAS, 2006).

Observa-se que as modificações nos espaços periurbanos advindas da expansão urbana culminam no desvencilhamento nas relações: produtor-espaco de produção; produtor-distribuição; produtor-consumidor; produto-consumidor, o que causa impactos ambientais e sociais negativos. Como formas de resistência, a sociedade civil, apoiada ou não, por políticas públicas, têm buscado alternativas para acessar alimentos mais saudáveis e justos, baseados em premissas da agroecologiaⁱⁱⁱ, buscando, assim, estabelecer outra conexão entre cidadãos com os alimentos e com quem os produzem. Entre essas alternativas estão Feiras Agroecológicas, Feiras Orgânicas, Comunidades que Sustentam a Agricultura e Grupos de

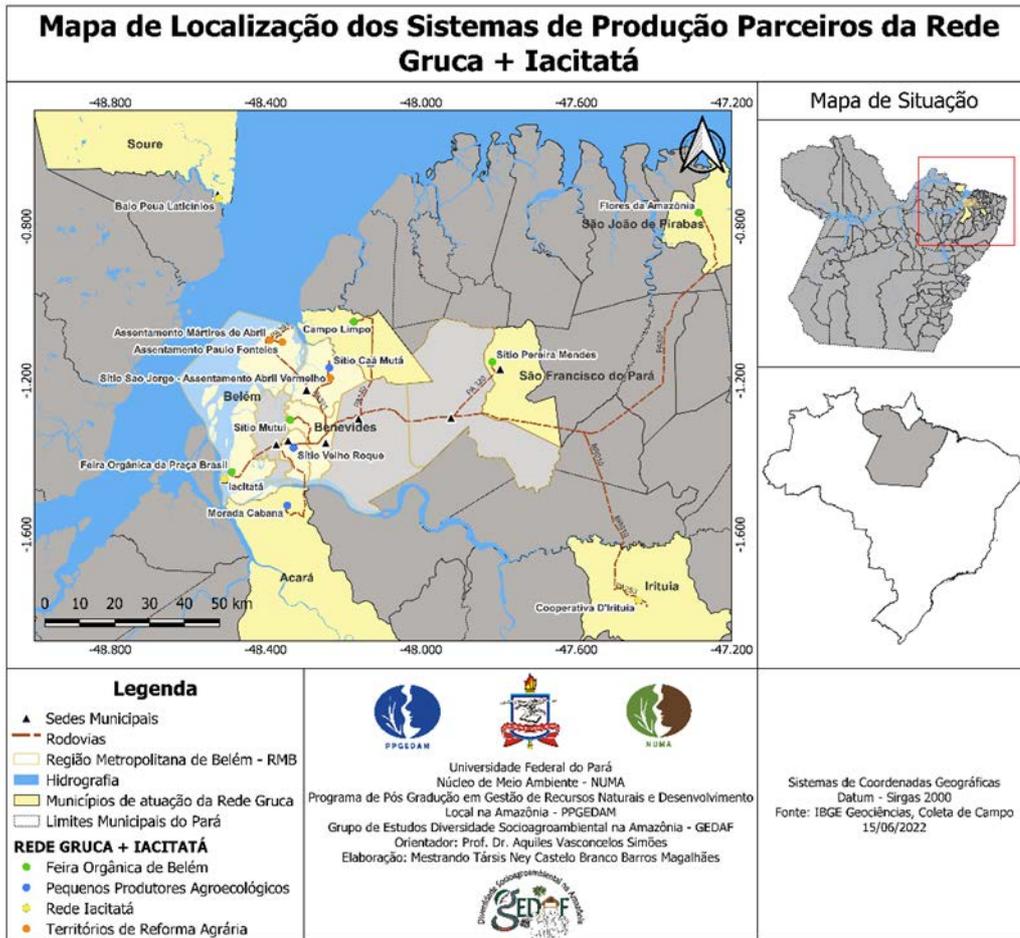
Consumo Responsáveis, a exemplo do GRUCA, com atuação na Região Metropolitana de Belém, que trabalha com uma aproximação entre cidade e campo através dos alimentos, da agroecologia e da cultura alimentar amazônica.

4. Atuação e vivência do GRUCA

O GRUCA é um grupo de consumo responsável que reúne consumidores da Região Metropolitana de Belém preocupados em (re)pensar e atuar sobre as relações que envolvem a produção até o consumo, em especial, de alimentos. O grupo nasceu em novembro de 2014 como resultado de um trabalho acadêmico no atual Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFGA). Atualmente, os produtos agroecológicos ofertados via loja virtual, são frutos de uma rede que envolve famílias produtoras da Feira Orgânica de Belém, de territórios de reforma agrária do PA, PR, MG e RS, de comunidades tradicionais, de coletivos de mulheres, algumas ligadas ao movimento Slow Food. Algumas destas famílias estão organizadas em cooperativas ou associações, outras não.

Portanto, o GRUCA está inserido como um circuito curto de comercialização ou também chamado de circuito de proximidade, este conceito é definido por Guzzatti, Sampaio e Turnes (2014) como “o modo de comercialização de produtos agrícolas que busca o estabelecimento de relações mais diretas entre agricultores e consumidores”. Os circuitos curtos de comercialização, entre eles o mercado de cestas, são alternativas importantes aos mercados convencionais e integrados ao sistema agroalimentar corporativo, de modo que são estratégias inovadoras, melhores adaptadas à lógica da agricultura familiar e aos diferentes contextos em que ela se insere. Nesse sentido, o mercado de cestas apresenta proximidade com a agroecologia e dialoga com seus princípios, isto é, com os princípios da autonomia, da solidariedade, da segurança e soberania alimentar, da justiça social, dos saberes populares e da aproximação entre quem produz em quem consome alimentos (DAROLT *et al.*, 2016).

Atualmente, o GRUCA ainda possui uma estreita relação com o meio acadêmico, de onde foi originado. O Grupo tem uma parceria com o grupo de pesquisa GEDAF (Grupo de Estudos Socioagroambiental na Amazônia), que vem desde 2020 desenvolvendo pesquisas voltadas à comercialização destes produtos agroecológicos, à construção social deste mercado e à valorização das memórias e dos saberes tradicionais de todos os atores sociais envolvidos. Um dos trabalhos ligado ao Grupo de Estudos, que resultará em uma dissertação de mestrado, estuda especificamente os caminhos que os alimentos da rede percorrem até chegar aos consumidores, o Mapa 3 é um dos produtos desse trabalho e mostra a abrangência e as localidades dos grupos de produtores que integram os sistemas de produção parceiros do GRUCA e do IACITATÁ. Este consiste em um Instituto de Cultura Alimentar que busca a valorização da cultura alimentar na Amazônia. No Mapa 3 foram demarcados: a Feira Orgânica de Belém, Pequenos Produtores Agroecológicos, a Rede Iacitatá e Territórios de Reforma Agrária. O mapa permite visualizar como a rede alimentar do GRUCA distribui-se entre pontos do centro da cidade de Belém e áreas periurbanas que mantêm relação com a capital do Estado, ou seja, o entrelaçamento dos sistemas alimentares que ligam os territórios e a cidade.



Mapa 3. Localização dos sistemas de produção regionais parceiros da rede GRUCA+Iacitató (fonte: elaboração indicada no mapa).

Para além da comercialização, outra atividade fundamental do Grupo são as vivências agroecológicas (ver Figura 2). As vivências, que são encontros para troca de experiências e saberes realizados nos lotes de produção, buscam criar e fortalecer laços de confiança e solidariedade entre os consumidores e produtores. Os anfitriões propõem trabalhos para os visitantes experimentarem um pouco da realidade do campo e nas refeições são priorizados os alimentos do próprio lote. Algumas vezes, atividades de lazer são incorporadas às vivências.

Para além da comercialização, outra atividade fundamental do Grupo são as vivências agroecológicas (ver Figura 2). As vivências, que são encontros para troca de experiências e saberes realizados nos lotes de produção, buscam criar e fortalecer laços de confiança e solidariedade entre os consumidores e produtores. Os anfitriões propõem trabalhos para os visitantes experimentarem um pouco da realidade do campo e nas refeições são priorizados os alimentos do próprio lote. Algumas vezes, atividades de lazer são incorporadas às vivências.



Figura 2. Trabalho durante vivência em maio de 2022 no Sítio Velho Roque, localizado no município de Marituba (PA) (fonte: foto de Noel Gonzaga, 2022).

Conforme Consoli *et al.* (2020), atividades como vivências vem ganhando destaques em diversas iniciativas, como é o caso do Projeto CASA (Comunidade Acadêmica que dá Suporte à Agricultura) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que utiliza a estratégia das vivências ou como os autores chamam “experiências imersivas coletivas” de forma a disseminar a agroecologia e a valorização da agricultura familiar e seus saberes tradicionais.

Outra ação realizada pelo GRUCA, eventualmente, é o Microcrédito Solidário, espécie de empréstimo cedido pelos consumidores aos produtores, onde estes pagam sem juros e através do que é produzido no lote. O GRUCA se declara como um movimento que coloca o consumo como ato político e busca acesso a alimentos livres de venenos, fortalecendo a economia solidária, a cultura alimentar e a sociobiodiversidade amazônica. Nesse sentido, a atuação do Grupo, através da alimentação, busca aproximar campo e cidade e trabalhar sob um viés de justiça socioespacial.

Através de suas redes sociais o GRUCA divulga suas atividades e busca agregar novos membros. As ações de comunicação complementam as práticas do grupo com a promoção do protagonismo de agricultores e agricultoras, dos territórios onde são produzidos os alimentos, que ao final, vão parar na mesa e alimentar as famílias. Assim, o Grupo supera a relação puramente mercadológica e apartada da natureza que existe via modelo hegemônico (o já citado modelo industrial).

Até 2019, a compra coletiva do grupo, chamada Paneiro Cabano, contava com cerca de 15 produtos, que eram reservados previamente e entregues aos consumidores em um ponto fixo, a sede do Instituto de Cultura Alimentar IACITATÁ, parceiro do GRUCA desde 2015. Com a pandemia de COVID-19, o necessário distanciamento social inviabilizou as vivências agroecológicas e ameaçou a comercialização, pelo menos naquele modus operandi. Percebeu-se rapidamente que o fim do Paneiro afetaria sensivelmente a renda de várias famílias produtoras da rede GRUCA+IACITATÁ, pois as mesmas dependiam dessa atividade e ainda da participação em algumas feiras livres, que foram também suspensas devido à pandemia. Assim, o Grupo mobilizou uma estratégia emergencial, adotando uma plataforma de comércio eletrônico para ofertar todos os produtos da rede agroecológica e melhorar a gestão da atividade.

Pelo então momento de isolamento social, a demanda, inclusive de novos consumidores, aumentou rapidamente. Com ela veio a preocupação de esclarecer e reafirmar princípios e regras enquanto um grupo de consumo responsável amazônico. Antes de aprovar novos cadastros passou a ser repassado aos consumidores informes de textos com princípios, valores

e regras, além de recomendar vídeos e leituras. Por algumas vezes, também é feita uma conversa por telefone.

O cenário de pandemia impulsionou quantitativa e qualitativamente a comercialização (ver Gráfico 1). Novas famílias produtoras entraram para a rede. Do Paneiro com cerca de 15 itens, gerido com notas escritas à mão e com entrega quinzenal em ponto fixo, saltou-se para o Paneiro de livre escolha entre cerca de 100 itens, gerido com apoio da plataforma de comércio eletrônico, entregue semanalmente em domicílio.

Arrecadação Paneiro GRUCA+Iacitatá 2021

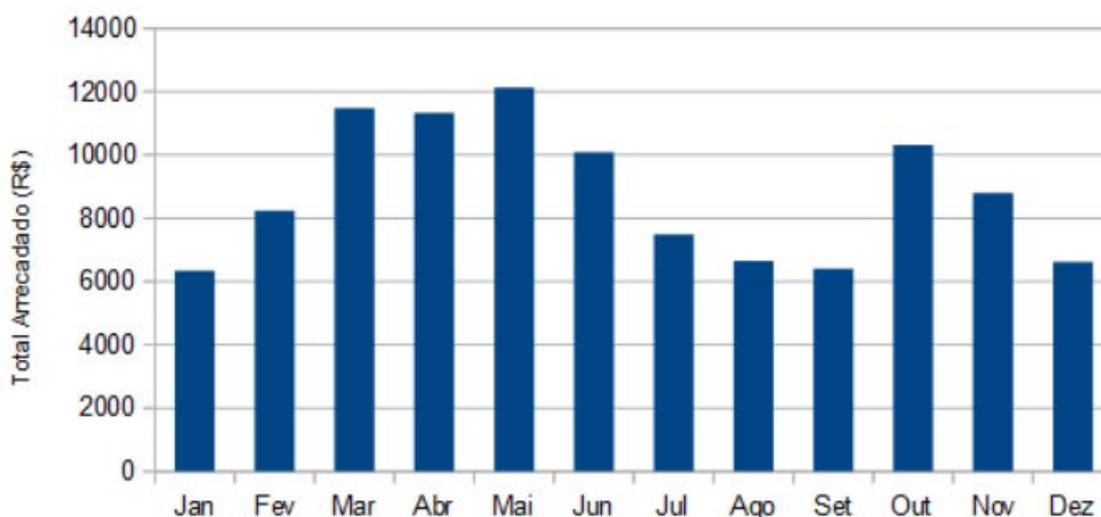


Gráfico 1. Arrecadação Paneiro GRUCA+IACITATÁ em 2021 (Fonte: Caderno GRUCA, 2021).

Segundo os dados do GRUCA, em 2021 foram movimentados cerca de R\$106 mil, só com a comercialização do Paneiro, representando uma importante fonte de renda para as famílias produtoras. As vivências, além da sociabilidade, também representam fonte de renda, já que são comercializadas as refeições e ainda produtos disponíveis no lote visitado.

A adoção de múltiplas estratégias de geração e renda e incentivo à manutenção das famílias no lote busca alternativas às diversas dificuldades que as famílias enfrentam para se manterem na terra. Como exemplo é possível citar os três Territórios de Reforma Agrária (TRAs) existentes na ilha de Mosqueiro, que integra o espaço periurbano de Belém, como apresentado anteriormente. Dois TRAs puderam ser mais bem detalhados dentro do projeto de pesquisa Contracartografias, do qual os autores fizeram parte. Durante a pesquisa foi possível entrar em contato com famílias de dois TRAs, o Mártires de Abril (TRA-MA) e o Paulo Fonteles (TRA-PF). O surgimento destes TRAs liga-se à trajetória de ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que na década de 1990 passou a reivindicar espaços de moradia e produção de alimentos em latifúndios na RMB.

As áreas onde hoje se situam os TRA-MA e TRA-PF (ver Figuras 3 e 4) consistiam em fazendas/latifúndios improdutivos. A fazenda ocupada para o TRA-MA se chamava TABA. Nela existia uma antiga área abandonada de monocultura de coco, extração (ilegal) de pedra e práticas de exploração sexual infantil, conforme denunciado por moradores do entorno. Em 1999 o MST organizou a ocupação da área, que passou por quatro reintegrações de posse e quatro sucessivas (re)ocupações. Durante o período das ocupações iniciais, organizaram-se coletivos internos, de educação/formação, saúde e produção. Em 2001 a fazenda foi desapropriada e criou-se o Projeto de Assentamento Casulo Mártires de Abril, que na época contou com incentivos para compra de insumos, construção de moradias e obteve parcerias com organizações externas. O TRA-PF nasce da ocupação da fazenda Baía do Sol em 2003, com um

processo de negociação não violento, que em 2006 é reconhecido pelo INCRA com a criação do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles. Durante os anos que se seguiram às instalações dos TRAs diversas parcerias formaram-se entre os coletivos dentro dos territórios e instituições, como a UFPA (BASTOS; PINHO, 2021).



Figura 3. Vista de parte da agrovila do TRA-MA, na ilha de Mosqueiro em Belém (PA) (fonte: foto de drone capturada por Beatriz Andrade, 2021).



Figura 4. Vista de parte do TRA-PF, na ilha de Mosqueiro em Belém (PA) (fonte: foto de drone capturada por Beatriz Andrade, 2021).

Nos TRAs MA e PF vivem cerca de 350 famílias. Antes de morarem nos TRAs essas famílias, que contavam com origens rurais, habitavam majoritariamente a periferia de Belém. As ocupações consistiram, portanto, em uma forma de reencontro com a ruralidade, ou com as raízes camponesas, bem como a possibilidade de melhoria de vida a partir da conquista de seu próprio lote, da moradia e de terra para o desenvolvimento de uma produção agroextrativista (BASTOS; PINHO, 2021).

Destaca-se que o imaginário popular sobre Mosqueiro não a classifica como uma ilha de práticas agrícolas, mas sim a vincula ao turismo e às praias fluviais. Entretanto, dentro dos TRAs e em outras partes da ilha há articulações entre formas de viver e produzir ligadas ao campesinato. Nos TRAs as práticas econômicas misturam a subsistência, a produção para venda (na ilha e em feiras da parte continental de Belém) e a venda da força de trabalho fora dos TRAs (para trabalhar nas barracas da praia, no comércio local). Em alguns casos há o desejo de viver apenas da produção do lote, mas a dificuldade de viabilizar a produção e a venda tornam necessários sistemas de trabalho híbridos, dentro e fora do lote (BASTOS; PINHO, 2021). O turismo associado às praias de Mosqueiro representa um aspecto contraditório no território. Ao mesmo tempo em que é positivo, pois oferece trabalhos fora dos lotes complementando a renda e também facilitam a comercialização do que é produzido nos lotes, é negativo, pois concorre contra os trabalhos agrícolas e representa pressão para venda dos lotes. Nesse sentido, as ações do GRUCA nestes territórios valorizam seus modos de vida e fortalecem estratégias de permanência na terra.

É importante ressaltar que dentro dos TRAs existem práticas de economia solidária, com trocas, permutas e mutirões. Essas práticas são possíveis devido a vínculos comunitários por meio de associações, mas também de laços de vizinhança, parentesco, religião e afeto. Apesar da manutenção desses vínculos, não é possível falar em unanimidade de pensamento sobre o que deve ser feito dentro dos TRAs. As pressões urbanas, principalmente no TRA-MA, que se encontra à margem de uma via movimentada dentro da ilha, levam a divisões e venda de lotes para pessoas de fora, e conversão de usos agrícolas para outros, ligados, por exemplo, ao turismo (BASTOS; PINHO, 2021).

5. Considerações finais

Se as cidades surgiram, em boa medida, em torno da necessidade de acessar alimentos, o atual cenário de crise socioambiental revela a urgência de repensar e reformular tanto as cidades quanto os próprios sistemas alimentares, para que estes contemplem justiça territorial e socioambiental. Observa-se que o surgimento e a manutenção das cidades se deram em grande medida devido à uma condição diferenciada de obtenção de alimentos. A relação entre o espaço e seu potencial produtivo gerou vínculos que possibilitaram a passagem de um lugar comum a um lugar diferenciado, ou seja, a constituição de territórios (espaços de pertencimento).

Se antes manter os sistemas produtivos alimentares próximos era imprescindível à manutenção da própria cidade, hoje a discussão sobre alimentação aponta para o crescente distanciamento entre quem produz, o que se produz e quem consome. Trata-se da aplicação da lógica industrial nesta dimensão essencial da vida, o comer. Essa lógica, que aliena o consumidor do processo de produção, constrói sistemas alimentares de destruição que levam à degradação ambiental e à desarticulação social.

O trabalho aponta possibilidades analíticas para relação entre alimentação, território e cidade ao se colocarem em evidência trajetórias socioespaciais em que o urbano e o rural (suas práticas e manifestações) podem conviver e se sobrepor. Trata-se do destaque às composições dos mosaicos, ou tramas, entre metrópoles, cidades e comunidades (territórios), que na Amazônia se fazem amplamente presentes, e que neste trabalho foram apresentadas a partir da estruturação do espaço periurbano de Belém. Nessas comunidades, que funcionam como lembranças do que um dia a região foi e também vislumbres de um futuro desejável, residem importantes lições para o enfrentamento de grandes desafios do século XXI: preservação do meio ambiente, cidades resilientes e sustentáveis, segurança alimentar e justiça socioespacial.

Ao trazer como estudo de caso a atuação e vivência do GRUCA aproxima-se a dimensão do território, aqui tratado como espaço de pertencimento dentro dos sistemas (redes) alimentares. O que o GRUCA propõe e realiza, na busca por alimentos livres de venenos e de injustiças, é outra forma de interação entre a cidade e territórios sociobiodiversos que produzem alimentos e cultura alimentar amazônica. Busca-se criar e fortalecer laços baseados na cooperação, na solidariedade e na valorização de modos de vida para além do cidadão. Estas práticas apontam soluções de pequena escala muito úteis na concepção de políticas públicas para a região.

6. Referências

- BARBOSA, E. J. da S. *et al.* De colônia agrícola à periferia de Belém: um ensaio de geografia histórica sobre a ilha de Caratateua. In: SILVA, J. M. *et al.* **Percursos geográficos: pesquisa e extensão no Distrito de Outeiro, Belém - Pará (2008 - 2011)**. Belém: GAPTA/UFPA, 2012. p. 26-58.
- BASTOS, N. G.; PINHO, T. G. do V. **Turma da Beira nos Territórios de Reforma Agrária de Mosqueiro**. Belém: UFPA, 2021.
- BECKER, B. **A Urbe Amazônida**. São Paulo: Garamon, 2013.
- BELÉM. **Lei nº 8655 de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal, 2008.
- BELÉM. Prefeitura Municipal De Belém. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém, 2012. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2017/06/1_01_Caracterizacao-do-Territorio.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.
- BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: CARDOSO, A. C. D. (Ed.). **O rural e o urbano na Amazônia**. Diferentes olhares e perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006, p. 55-98.
- CARDOSO, A. C. D.; MIRANDA, T. B. Invisibilidade social e produção do espaço subordinado em Belém (PA). **Paisagem e Ambiente: Ensaio**, n.41, p. 85-107. 2018.
- CARDOSO, A. C. Que contribuições virão de Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI? . **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11. 2021.
- CONSOLI, R.; ALBURQUEQUE, L.; CREMONA, M.; BRITO, P. **Projeto CASA: vivências agroecológicas para integração campo-cidade**. **Cadernos de Agroecologia**, Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia - ISSN 2236-7934, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, No. 2, 2020.
- CORRÊA, R. L.. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. C. F.; ABREU, L. S. **Redes Alimentares Alternativas e Novas Relações Produção-Consumo na França e no Brasil**. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XIX, n.2, p. 1-22, abr.-jun. 2016.
- DOUGLAS, I. Peri-Urban Ecosystems and Societies: Transitional Zones and Contrasting Values. In: MCGREGOR, D.; SIMON, D.; THOMPSON, D. **The Peri-Urban Interface: Approaches to Sustainable Natural and Human Resource Use**. London: Earthscan, 2006.
- FERRARI, E. A.; SILVA, N. R.; SILVA, M. G. **Conhecimento agroecológico**. In: Dicionário de agroecologia e educação. DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. (Org.). 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 816 p., 2021.

FIGUEIREDO, Margarida Beja Neves Moreira de. **Alimentação e território: de um sistema vulnerável a uma ocupação resiliente.** 2020. 187f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; TURNES, V. A. **Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França.** Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 16, n.3, p. 363-375, 2014.

JACOBS, J. **The economy of cities.** New York: Vintage Books, 1970.

LE GOFF, J. **Mercadores e banqueiros da Idade Média.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, R.J. **1499: a pré-história do Brasil.** Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: estado, homem, natureza.** 3ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.

MESQUITA, D. **Prefeitura de Belém agiliza entrega de cerca de 9 mil unidades habitacionais.** Belém: AGÊNCIA BELÉM, 2018. Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/162741/prefeitura-de-belem-agiliza-entrega-de-cerca-de-9-mil-unidades-habitacionais>. Acesso em: 08 jan. 2021.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PENTEADO, A. R. **Belém – Estudo de Geografia Urbana.** Belém: Universidade Federal do Pará, Vol 2, 1968.

PEREIRA, A. S. **O conceito periurbano aplicado à Região Metropolitana de Curitiba: contribuição ao planejamento.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** (Trad.) Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 372 p., 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, D. S.; TIEPOLO, E. V.; VARGAS, M. C.; SILVA, N. R. (Org.) **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia.** 2 ed., São Paulo: Expressão Popular, 164 p., 2017.

RIBEIRO, Gabriell Portilho. **Locke e a propriedade como direito fundamental.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4788, 10 ago. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51151>. Acesso em: 23 dez. 2022.

SIMON, D.; MCGREGOR, D.; THOMPSON, D. Contemporary Perspectives on the Peri-Urban Zones of Cities in Developing Countries. In: MCGREGOR, D.; SIMON, D.; THOMPSON, D. **The Peri-Urban Interface: Approaches to Sustainable Natural and Human Resource Use.** London: Earthscan, 2006.

SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Revista franco-brasileira de geografia**, n. 5, p.1-9, 2009.

SOUZA, M. História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

STEEL, C. **Hungry City: How Food Shapes Our Lives.** NY: Vintage Books, 2013.

TAVARES, M. G. et al. Mosqueiro: turismo e desenvolvimento local em uma ilha fluvial da Região Metropolitana de Belém. In: TRINDADE JR, S. C.; TAVARES, M. G. **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008. p. 185-202.

VICENTE, L. R. *et al.* **Entre travessias e atravessamentos:** um pouco sobre a realidade das ilhas de Cotijuba e do Combu, em Belém (PA). Belém: UFPA, 2022.

VICENTE, L.R. **Entre transformações, resistências e re-existências:** o espaço periurbano de Belém (PA). 2022. 182f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

ZANATTA, Regina. **O processo de formação das comunas: primórdios da educação do homem burguês.** Maringá: Acta Scientiarum, Vol. 23(1):177-182, 2001.

ⁱ No Pará os estudos de caso dividiram-se em Belém (e entorno) e Santarém, investigando os seguintes territórios: Territórios de Reforma Agrária Mártires de Abril e Paulo Fonteles, na ilha de Mosqueiro, Belém; o Território Quilombola de Abacatal, em Ananindeua; estudantes indígenas na UFPA que moram no bairro do Guamá, Belém; o território ribeirinho e quilombola da ilha do Maracujá, Acará; comunidades dentro do Projeto de Assentamento Agroextrativista Eixo Forte, em Santarém e a vila de Alter do Chão, considerando a presença do território indígena reivindicado pelo povo Borari, também em Santarém. Destaca-se que o projeto contou com moradores das comunidades na condição de pesquisadores nativos, e foi cadastrado na Plataforma Brasil.

ⁱⁱ Segundo Ploeg (2008), o Império é “entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante [...] é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc. Em conjunto, essas expressões [...]”, os impérios alimentares, “constituem um regime:[...] conjunto de regras compreendidas no complexo coerente de conhecimento científico, práticas de engenharia, tecnologias do processo produtivo, características de produtos, [...] todas elas integradas em instituições e infra-estrutura” (PLOEG 2008, p. 20).

ⁱⁱⁱ Segundo Altieri (1999), citado por Ribeiro *et al.* (2017), a agroecologia é “uma disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas, proporcionando dessa maneira, bases científicas para apoiar processos de transição” (ALTIERI, 1999, apud RIBEIRO *et al.* 2017, p. 24). “Como ciência, a agroecologia se configura em um paradigma multidisciplinar, que tem seus fundamentos científicos desenvolvidos a partir dos estudos vinculados à ecologia, botânica e outras áreas, a partir de agriculturas tradicionais e camponesas. [...] Como prática, a agroecologia ressignifica práticas tradicionais de manejo dos agroecossistemas.[...] Como movimento, a agroecologia está associada à luta pela construção de um projeto de campo [...]” (FERRARI *et al.* 2021, p. 254).